



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Lenin, NEP, hegemonia e transição

Gianni Fresu

**Como citar:** FRESU, G. Lenin, NEP, hegemonia e transição. *In:* DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 173-188.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p173-188>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# LENIN, NEP, HEGEMONIA E TRANSIÇÃO

*Gianni Fresu*

*“A Hidra da revolução já foi destruída nos seus adeptos e em boa medida dos seus produtos; mas é preciso ainda abafar a semente, no medo que possa reproduzir-se sob outras formas. Os tronos legítimos foram restabelecidos: agora temos que recolocar no seu trono também a ciência legítima, aquela ao serviço do supremo Deus, o nosso senhor”, cuja verdade fica confirmada por todo o universo” (VON HALLER, 1963, p. 75).*

Assim um dos máximos teóricos da Restauração, Karl Ludwig Von Haller, abria no 1816 a sua obra mais famosa (*A restauração da ciência política*) realizada com uma finalidade declarada: derrotar também sobre o plano teórico as doutrinas revolucionárias já espancadas sobre o plano político graças a reafirmação dos princípios do absolutismo dinástico nas cortes da Europa. Embora atropeladas, ele vislumbrava o risco de uma possível nova emergência e o difundir-se de uma nova infecção insurrecional. Depois do 1815, a partir da obra monumental de Hegel, a resistência filosófica que tentou explicar racionalmente as

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p173-188>

razões e as heranças da Revolução Francesa, teve um significado que ia além da luta política imediata. O mesmo acontece hoje, em referimento aos acontecimentos do 1917, apresentados como a origem de cada mal e desastre, geradores de lutos de um século ensanguentado, e responsáveis de cada fanatismo ideológico, fascismo incluído.

Lenin é, para muitos, o diabo do século XX, a figura que, mais do que qualquer outro, teve a vontade de passar da simples interpretação do mundo à sua transformação prática. Não lhe foi nunca perdoado esse pecado original, germinado depois nas revoltas sociais que se seguiram, por isso o seu nome (nas academias, nos jornais, no mundo da cultura e também na esquerda) não pode ser nem evocado sem que se associe a ele alguns adjetivos depreciativos. Entre a maioria dos historiadores do pensamento político contemporâneo, filósofos, sociólogos, cientistas políticos e articulistas de todo tipo, está consolidada uma tendência à representação sumária de Lenin como um “doutrinário” rígido e ortodoxo. No meu livro “Lenin leitor de Marx”, reconstruindo um comprido debate filosófico e político entre o final do século XIX e os primeiros vinte e quatro anos daquele século seguinte, tentei demonstrar os limites e a instrumentalidade das interpretações prevalentes, mais preocupadas em emitir as próprias condenas finais, do que compreender através do estudo quem foi o revolucionário russo.

No interior desta leitura apocalíptica, que fez da história soviética um bizarro manual de teratologia, se colocam as múltiplas simplificações sobre as complexas questões coligadas à tentativa de transição do feudalismo à modernidade, em condições de extremas dificuldades, deste grande e complexo país. Não apenas no mundo liberal, mas também na esquerda, a principal acusação à Revolução de Outubro (a sua traição) seria de pesquisar na falta da extinção do Estado. Pelo contrário, o de multiplicar-se das suas funções e atividades, necessárias a encaminhar esse inédito processo histórico, seria a causa da natureza autoritária do socialismo histórico. A ideia de uma relação inversamente proporcional entre a esfera da liberdade e a extensão das atividades do Estado, fica um dos mais duradouros mitos do liberalismo, que tornam comum as concepções do “governo limitado” de John Locke e às teorias sobre o totalitarismo de Hannah

Arendt. A condena preventiva ou póstuma à ambição de regulamentar a vida social, intervir na economia e fornecer um endereço social à vida de uma comunidade nacional, está diretamente entrelaçada com a mais eficaz representação ideológica do pensamento liberal: a capacidade natural de auto-regulamentação das leis do mercado (e o princípio da chamada “mão invisível”) teoricamente não compatível com a artificial irrupção ordenadora da política. Esclarecida esta ampla premissa introdutória, vou apresentar umas das passagens mais debatidas desta transição da qual Lenin foi teórico e artífice: a Nova Política Econômica (NEP), ou seja, a tentativa de percorrer uma via nacional de desenvolvimento socialista através uma parcial liberalização econômica, depois da derrota das revoluções no Ocidente em 1921.

Um dos temas tipicamente *leninistas* que caracterizam a inteira obra e militância de Gramsci é a exigência política de traduzir nacionalmente os princípios do materialismo histórico, ou seja, recusar as afirmações genéricas e superficiais sobre o capitalismo ou a revolução em geral para construir uma nova teoria da transformação nas concretas condições de cada formação econômico-social. Aquele conjunto de questões que, nos *Cadernos do cárcere*, são definidos “os elementos de trincheiras e casamatas”. Tudo isso encontra uma confirmação na famosa nota *Machiavelli* do *Caderno 14* onde o intelectual sardo afirma que no materialismo histórico - seja na concepção de Marx (a formulação do seu fundador), seja naquela de Lenin (a definição do seu mais recente e grande teórico) – a situação internacional vai ser considerada, antes de mais nada, no seu aspecto nacional: “Realmente a relação «nacional» é o resultado de uma combinação «original» única (em um certo sentido) que nessa originalidade e unicidade deve ser compreendida e concebida se queremos domina-la e dirigi-la (GRAMSCI, 1977, p. 1729).

A tarefa da “classe internacional” era, portanto, “estudar exatamente a combinação de forças nacionais” desenvolvendo-as também em função das exigências internacionais. Se investigamos todo o esforço entre 1902 e 1917 dos “maioritários” (os bolcheviques), escreve Gramsci, compreendemos como a originalidade deles fosse no “depurar o internacionalismo de cada elemento vago e puramente ideológico (no

sentido deteriorado) para dar-lhes um conteúdo de política realística” (GRAMSCI, 1977, p. 1729). A hegemonia se substancia das exigências de caráter nacional, portanto, uma classe internacional, para conduzir estratos sociais estritamente nacionais, precisa nacionalizar-se, porque (por causa da derrota das revoluções no Ocidente) ainda não se objetivaram as condições mundiais para o socialismo.

Imaginamos um homem que está escalando uma altíssima montanha, inexplorada e cheia de penhascos. Supomos que, depois de ter trinfado sobre as dificuldades e problemas inauditos, ele se encontre numa situação na qual avançar no percurso programado seja não apenas complicado e perigoso, mas impossível. Ele está constrangido a retornar atrás, redescer, pesquisar outros caminhos, mesmo que sejam mais longos, para ganhar o pico da montanha. A descida fica ainda mais difícil e perigosa da ascensão: é mais fácil tropeçar, não vê onde colocar os pés, falta o entusiasmo inicial [...] (LENIN, 1967, p. 183).

Através desta metáfora alpinista, em fevereiro do 1922, Lenin explicava seja a necessidade da profunda virada produzida pela NEP, seja as grandes dificuldades por ela encontrada na fase inicial dessa transição. No mesmo relatório, Lenin explicou que o significado da NEP ficava na aliança da economia socialista com a economia camponesa, indústria e campo, necessária à sobrevivência de milhões de camponeses e, portanto, da mesma revolução. Melhorar as condições do trabalho e de vida dos camponeses, exigência fundamental que não precisava de demais trocadilhos teóricos. No último escrito antes de morrer (*Melhor menos, mas melhor*, 2 de março de 1923) Lenin apresentou as enormes dificuldades encontradas pela transição socialista, com uma baixa produtividade do trabalho e uma capacidade produtiva bem inferior daquela antes da guerra. Sem a radical superação desses limites, o socialismo ficava em puro exercício teórico ou retórico, porque, como escreveram Marx e Engels na *A ideologia alemã* (2007) a libertação do homem não pode acontecer na esfera da autoconsciência, mas apenas no mundo real e através do emprego de métodos reais. Segundo Lenin, as potências ocidentais desfrutaram dessa condição desastrosa com a tarefa de esmagar a Rússia na miséria do seu passado pré-industrial, isto é, de abafar a revolução por meio da guerra civil, constrangendo o seu povo

a morrer de fome. Antecipando as categorias de Gramsci, Lenin descreve um mundo dividido em duas esferas: o Ocidente capitalista e desenvolvido e um Oriente colonial, explorado e dominado pelo primeiro (LENIN, 1967, p. 455).

A Revolução Russa, entre os vários significados, representou um ponto de ruptura na história mundial exatamente pelo seu conteúdo e empenho anticolonial, nisso, como explica Losurdo (2017) no último livro dele, se encontra a essência da distância entre marxismo oriental e marxismo ocidental depois de Marx. Assim, em continuidade com uma elaboração que encontrou em *Imperialismo etapa superior do capitalismo* a sua síntese mais eficaz, Lenin sublinhou o elo indissolúvel entre luta anticolonial e o socialismo, colocando na mesma frente contra hegemônica oriental as duas realidades. Rússia, China, Índia, somavam a grande maioria da população mundial, e, depois de 1917, entraram de forma inédita na luta para a própria emancipação. Todavia, as dinâmicas internacionais teriam envolvido essas duas esferas numa nova grande guerra imperialista com a tarefa de dominar ainda mais os povos coloniais e destruir o Estado soviético. Nessa perspectiva dramática, Lenin levantou a necessidade de aumentar os progressos da NEP, rumo a construção de um Estado alicerçado na direção operária e o consenso, a confiança dos camponeses, não o terror deles, eliminando cada desperdício, o burocratismo, a ineficiência do aparelho estatal. Para entender o verdadeiro significado da NEP é preciso ampliar o nosso discurso, além do contexto específico, temos que considerar a original interpretação da questão camponesa, que na visão da revolução de Lenin assumia um valor estratégico, não apenas tático.

Lenin, já no *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de 1898 (1982), identifica na reforma agrária a chave que consentiria ao proletariado russo de assumir a direção frente às exterminadas massas de camponeses sem terra. É esse tipo de direção, ou hegemonia, que Gramsci tem em mente quando analisa a função positiva dos jacobinos na Revolução Francesa, e aquela negativa do *Partito d'Azione* no curso do chamado *Risorgimento Italiano*, e é a esse tipo de direção que Gramsci faz menção quando indica o papel que a classe operária italiana deveria exercitar na solução da questão meridional, que na Itália significava, naquele momento, a questão camponesa.

Segundo Lenin, na Rússia essa revolução não poderia ser conduzida pela “burguesia vacilante e reacionária”, já comprometida com a aristocracia czarista e por isso, incapaz de desempenhar aquele papel de propulsão política e social que teve no ocidente, mas pelo proletariado e pelas massas camponesas sem-terra que, na Rússia, também nesse caso, diferentemente do ocidente, podiam inclusive desempenhar um papel progressista. O primeiro pressuposto conceitual da revolução em Lenin é que cada país poderia chegar ao socialismo por sua própria maneira, de acordo com as suas peculiaridades econômicas, históricas e culturais. Coerente com essa perspectiva, Lenin apresenta a conclusão de que o percurso ao socialismo em seu país deveria ser extremamente diferente daquele percorrido pelos países ocidentais. Em razão dessa diversidade, Lenin desenvolve uma concepção da relação com as massas camponesas que não é possível encontrar nos outros membros do POSDR (Partido Operário Social-democrata) e que, no curso de 1917 (com a proposta de uma reforma agrária não socialista), deixou estupefatos muitos bolcheviques, apegados substancialmente ao velho programa. Na concepção socialdemocrata, de fato, às massas camponesas era atribuído um papel revolucionário somente na fase democrático-burguesa da revolução e, nesse caso, não havia um plano de ação definido e efetivo por parte do partido operário. Contrariamente a esse entendimento, Lenin opera uma primeira mudança entre 1901 e 1908, propondo inserir no programa do partido revolucionário do proletariado as reivindicações da massa camponesa, dentro da convicção de que somente colocando-as sob sua direção, o proletariado russo teria alguma possibilidade de sucesso<sup>1</sup>. Essa intuição sobre a questão camponesa e a política de alianças, que resultará decisiva em 1917 e para o recebimento do marxismo nos países rurais do extremo Oriente Asiático, da África e da América Latina, não se encontra em nenhuma outra elaboração marxista de seu tempo. Posição essa que a própria Rosa Luxemburgo não perde a ocasião de criticar, porque dava uma solução “pequeno-burguesa” à questão camponesa, em contraste com os conceitos sacramentados do marxismo. Também a questão da NEP

<sup>1</sup> Essa batalha de Lenin ganha uma síntese significativa no texto *A questão agrária e os críticos de Marx*, 1976. Os primeiros nove capítulos foram escritos em 1901, os últimos em 1907. A publicação clandestina dos primeiros nove capítulos é de 1901, tendo sido republicados em 1905 e 1907 até que foram integrados aos últimos capítulos e reeditados em 1908.

precisa ser considerada não apenas como medida de política econômica, mas como tentativa hegemônica orientada para a aliança econômica e social entre classe operária e camponeses: não simplesmente na força, mas no consenso. Não só o domínio, mas a hegemonia.

No começo do 1922, o Estado soviético estava numa condição bem complicada, na qual às destruições da Primeira Guerra Mundial se somavam aquelas da guerra civil. Nesse contexto, Lenin levantou pela primeira vez a exigência de encaminhar a Rússia por uma nova política econômica no X Congresso do Partido Comunista Russo, em março de 1921. Novamente, na assembleia dos secretários das células do partido de Moscou (9 de abril 1921) afirmou que a NEP era uma exigência não inevitável para sair da miséria absoluta e superar o comunismo de guerra, uma fase que não foi o fruto de uma escolha teórica, mas o resultado do estado das necessidades reais. Os termos dessa profunda virada são expostos por Lenin no panfleto intitulado *Sobre o imposto em espécie* de maio 1921, no qual ele descreve as dificuldades da transição do capitalismo ao socialismo, numa sociedade na qual ainda conviviam a economia patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo.

O governo adoptou medidas urgentes: 1) a abolição das requisições forçadas e a substituição da imposta de natura; 2) reintrodução, com algumas limitações, a liberdade de comercio; 3) a legitimidade da existência das empresas privadas; 4) a devolução de muitas empresas com menos de 10 operários aos velhos proprietários; 5) um novo regime de incentivos salariais correspondentes à atividade desenvolvida; 7) os cidadãos soviéticos foram autorizados a ter empresas comerciais, criar contratos e escolher profissões; 8) foi aprovado o código agrário que oferecia aos camponeses de explorar as leis do mercado, concedendo o direito de propriedade, sobretudo, o que melhorava as culturas. Obviamente o camponês não tinha o direito de vender nem de hipotecar. Juntamente a essas reformas foi avivado o programa para eletrificar o país (ELLEINSTEIN, 1976, p. 166), uma operação fundamental por Lenin, cuja importância fica encarnada na famosa equação “comunismo = poder soviético + eletrificação”.

Lenin no X Congresso de março 1921, descreveu o comunismo de guerra (1918-21) como uma caricatura do comunismo e afirmou a

necessidade de fazer uma dura autocrítica, era preciso abandonar qualquer postura de abstracionismo utopista. Nesse sentido, numa carta de abril 1921 escrita para solicitar um programa de concessão para a exploração dos poços de petróleo em Baku, podemos ler: “não existe nada de mais prejudicial e fatal para o comunismo da fanfarronice comunista: vamos consegui-lo sozinhos” (LENIN, 2017, p. 351). Foram esses erros a produzir um dos problemas maiores do Estado soviético, o burocratismo que tinha uma raiz na desorganização e a desagregação da economia rural no comunismo de guerra (LENIN, 2017, p. 364-365). No seu ensaio intitulado *Sobre o imposto em espécie*, ele apresenta essa medida como essencial para corrigir os erros, evitando o desastre da miséria e da carestia (LENIN, 2017, p. 356). Numa fase tão complicada, mais do que utilizar os esforços para impedir o desenvolvimento capitalista era preciso direcioná-lo rumo ao capitalismo de Estado, um progresso a respeito da economia pequeno-burguesa e patriarcal. Nesse sentido, o imposto em espécie representava a passagem do comunismo de guerra à regular troca socialista entre os produtos, segundo Lenin, naquele contexto a liberdade de comércio e o desenvolvimento capitalista, controlado pelo Estado, era útil para combater a dispersão dos pequenos produtores e o burocratismo. Como esclarecido antes, Lenin considerava a NEP essencial também em relação à nova situação da política internacional, não casualmente foi o alvo das suas intervenções nos III e IV Congressos da Internacional Comunista.

A situação interna à Rússia em 1921, estava caracterizada pela hostilidade com que a confrontavam as potências ocidentais, mas também pelo fracasso de todas as tentativas de intervenção militar contra ela. Além disso, Lenin destaca a consolidação de um forte movimento contra a guerra a Rússia entre as massas populares das grandes potências, que contribuía para alimentar o movimento revolucionário; tudo isso em um contexto em que as contradições entre as potências capitalistas se intensificavam a cada dia. A própria simultaneidade desses fatores havia impedido que o ódio da burguesia se traduzisse no sufocamento da Rússia, orientado a determinar uma nova fase de equilíbrio. Nos primeiros quatro anos de vida da Rússia socialista, assistia-se a uma fase de luta aberta (belicosa) da burguesia internacional contra ela, que havia terminado por colocá-la no

centro das questões da política internacional. Agora a situação da Rússia no cenário mundial era caracterizada por uma nova fase de equilíbrio que ainda permanecia instável e relativo, porque, tanto nos países capitalistas quanto, nos países sujeitos ao domínio colonial estavam se acumulando os materiais inflamáveis que poderiam fazer ocorrer inesperadamente e a qualquer momento insurreições, conflitos e revoluções. A tarefa dos comunistas naquele momento era aproveitar a trégua e adaptar sua tática a nova situação. Quando a Rússia empreendeu o processo revolucionário, o fez porque uma série de circunstâncias haviam empurrado os comunistas a fazê-lo, na convicção de que a revolução internacional viria em seu socorro e lhes garantiria a vitória, ou que a sua revolução daria um impulso decisivo à abertura de uma era revolucionária no plano internacional. Os comunistas russos tinham consciência de que, se a revolução mundial não irrompesse, a vitória da revolução proletária não seria possível e a experiência russa acabaria sufocada. Não obstante, os comunistas russos fizeram um grande esforço para salvaguardar e consolidar o sistema soviético, sabendo que esse trabalho se constituía no melhor apoio possível à revolução mundial. A realidade não havia confirmado as expectativas, a revolução não se deu no ocidente avançado, mas tendia a desenvolver-se – ainda que não de modo linear – tanto é verdade que graças a isso a poderosa burguesia mundial não conseguira matar a Revolução de Outubro. A nova situação colocava para Lenin uma necessidade inderrogável: “preparar a fundo a revolução e fazer um estudo profundo de seu desenvolvimento nos países de capitalismo mais avançado [...] beneficiar-se dessa breve trégua para adaptar nossa tática a essa linha em zig-zague da história” (LENIN, 1967, p. 456-457). A questão central que Lênin destaca na nova fase é, novamente, a conquista da maioria: “Quanto mais organizado é o proletariado de um país de capitalismo avançado, tanto maior seriedade a história exige de nós na preparação da revolução, tanto mais fundo devemos conquistar a maioria da classe operária” (LENIN, 1967, p. 456-457).

Em tal contexto, para Lenin, assume centralidade absoluta a questão colonial, frente à qual a grande parte dos partidos membros da Segunda Internacional haviam assumido uma posição sentimental e meramente moralista de simpatia pelos povos coloniais e semicoloniais

oprimidos, mas que considerava o movimento anticolonial como privado de importância para os fins da luta geral pelo socialismo. Segundo Lenin, ao invés disso, os comunistas deveriam perceber que desde o início do século XX centenas de milhões de indivíduos agiam como “fatores revolucionários autônomos ativos”. Lenin concluía que nas futuras batalhas pela revolução mundial, as lutas anticoloniais – que tendiam primeiramente à libertação nacional, mas que se voltariam inevitavelmente contra o imperialismo – assumiriam uma função revolucionária bem mais importante do que se podia imaginar. Essa consciência levou a Internacional Comunista a investir recursos e energias nessas lutas, assumindo o comando de todas as questões conexas à preparação e à sustentação das lutas de libertação nacional. Esse impulso inicial e a consequente investidura de responsabilidade histórica foram fundamentais para inaugurar uma nova página na história da humanidade que levou, no curso do século XX, a maioria da população mundial a emancipação do jugo colonial.

Nas considerações sobre o fronte interno da Rússia, o ponto de inflexão se evidencia em relação a dois aspectos essenciais: a política de alianças e a questão camponesa. Aí Lenin registrava as mudanças ligadas à organização das velhas classes dominantes que se materializava, sobretudo, com a constituição de uma frente política da burguesia russa exilada, que se unia aos jornais e partidos dos grandes proprietários de terra e da pequena burguesia, a qual tinha suficientes ligações com a burguesia estrangeira para receber o financiamento necessário e manter vivos todos os instrumentos criados para combater a revolução soviética.

Analisando esse fenômeno, Lenin sublinha que, se no momento da tomada de poder pelos bolcheviques a burguesia estava desorganizada, incapaz de exercer uma hegemonia e não desenvolvida politicamente, a ponto de não ter tido condições de exercer hegemonia real sobre a sociedade, agora, passados quatro anos, ela estava apta a alcançar o nível de consciência e desenvolvimento político da burguesia ocidental. A burguesia russa havia sofrido uma terrível derrota, mas havia aprendido a lição da história e se reorganizava de modo consequente. Tudo isso complicava enormemente o processo de transição ao socialismo, pela persistência de uma dura luta mesmo depois da revolução. Ao expor a necessidade de uma

atitude diferente do proletariado russo contra a grande burguesia e a velha propriedade fundiária, de um lado, e a pequena burguesia, de outro, Lenin começa a delinear o novo quadro tático dos comunistas russos que está na base da NEP. Se a respeito da primeira não havia, de fato, outra opção senão a luta de classes mais clara e aberta, contra a segunda impunha-se um tipo de relação diferente daquela nos anos do “comunismo de guerra”.

Nos países ocidentais, a pequena propriedade – que Lenin define como a última classe capitalista – constituía um grupo social oscilante entre 30 e 50% da população; na Rússia as massas camponesas eram, ao invés, a imensa maioria da população, por isso no tocante a essa classe, a relação deveria basear-se em uma aliança muito estreita capaz de substituir a hegemonia exercida sobre ela pela grande burguesia, por aquela do proletariado. “Concluimos uma aliança com os camponeses que defenderemos do seguinte modo: o proletariado liberta os camponeses da exploração da burguesia, de sua direção e de sua influência e conquista-o à sua causa para vencermos juntos os exploradores” (LENIN, 1967, p. 460).

Na revolução e por meio da reforma agrária, os bolcheviques souberam exercitar essa direção e influência, e o alinhamento das massas camponesas durante a guerra civil o demonstrava. Na nova situação, dada uma capacidade organizativa inédita da burguesia russa, a simples aliança militar não seria suficiente se essa não fosse acompanhada de uma aliança econômica.

Devemos mostrar imediatamente às grandes massas camponesas que estamos prontos, sem recuar de nosso caminho revolucionário, a mudar nossa política de modo que os camponeses possam dizer: os bolcheviques vão melhorar logo e a qualquer custo a nossa intolerável situação [...] modificamos nossa política econômica obedecendo exclusivamente às circunstâncias práticas e às necessidades que derivam da situação (LENIN, 1967, p. 463).

O primeiro meio identificado para marcar esta mudança de política econômica é o imposto em espécie, segundo o qual a fábrica socializada dava ao agricultor seus produtos em troca de grãos. O camponês dava, assim, alguns dos seus produtos sob forma de impostos e outra em troca dos produtos da indústria socialista, ou por meio da troca de mercadorias.

Essa era para Lenin uma medida necessária para passar da pura “aliança militar” – como a que havia permitido a vitória contra os exércitos brancos –, a uma “aliança econômica”, porque em um país como a Rússia, com um nível de atraso técnico-produtivo tão forte e, sobretudo, no qual as massas camponesas constituíam a maioria da população, só ela poderia consolidar o Estado soviético e criar por meio dela o “capitalismo de Estado” – ou seja, o regime de concessões à iniciativa privada do capital estrangeiro de uma parte da produção – as condições para a transição socialista.

Lenin tinha consciência de que uma saída como essa criaria novos problemas, porque o imposto *in natura*, em espécie, significava liberdade de comércio, dado que o camponês, depois de pagar o imposto, estava livre para vender ou trocar o que lhe restava. Liberdade de comércio significava capitalismo, mas para Lenin, no quadro da nova política econômica, tratava-se de um capitalismo segundo as condições impostas pela sociedade soviética, isto é, capitalismo de Estado, uma vez que isso seria controlado e conhecido, o seu desenvolvimento não se daria em vantagem da burguesia, mas do proletariado. A NEP se impunha, portanto, como necessidade imperiosa para consentir à Rússia aquele salto no desenvolvimento de suas forças produtivas e para resistir a uma burguesia agora forte, que poderia exercitar sua luta de classes mesmo internamente à sociedade soviética, mas sobretudo, e esse aspecto vai destacado, se impunha como necessária frente ao fracasso das revoluções no ocidente e ao cerco que a Rússia sofria por parte das grandes potências capitalistas.

No IV Congresso, em 13 de novembro de 1922, Lenin comunicara a decisão de desenvolver uma política econômica tendente ao “capitalismo de Estado”, entendida como um seguro passo em direção ao socialismo, diante de um contexto internacional assaz difícil, no qual não apenas as expectativas de vitória nas revoluções de vários países europeus estavam tragicamente desfeitas, mas onde delineava-se também uma profunda fase de refluxo para o movimento operário junto a uma ofensiva reacionária duríssima por parte das classes dominantes. A difícil situação internacional impunha aos diversos partidos comunistas a necessidade de saber orientar-se taticamente de maneira adaptada as diversas situações e ainda preparar-se para uma possível retirada estratégica, de modo a evitar

que fossem forçados a recuar e anulados por diversos anos (LENIN, 1967, p. 387). Assim, para Lenin, mesmo a decisão do “capitalismo de Estado” representava uma linha de recuo necessária a manter a posição em uma fase adversa. A crise de consenso que a revolução enfrentou no curso de 1921, não apenas entre os camponeses, mas mesmo entre os operários, devia-se, para Lenin, ao fato de que a ofensiva econômica tinha ido longe demais, sem que se fosse assegurada a base de consentimento necessária. Segundo Lenin, as massas perceberam que a passagem direta às novas formas socialistas estava acima das efetivas forças da revolução. Afortunadamente, porém, as próprias forças ativas da revolução deram-se conta disso e, se isso não tivesse acontecido, caso aquelas forças não tivessem se prontificado a fazer um recuo em direção a tarefas de mais fácil alcance, a revolução em si estaria ameaçada da mais completa ruína.

Um dos significados políticos, a meu ver, mais importante dessa “aliança econômica” lançada com a NEP é a tentativa de superar a utilização dos meios coercitivos do Estado para impor às massas camponesas o socialismo; finda a fase característica do “comunismo de guerra”, tentou-se, por meio da NEP, percorrer uma estrada que deveria conduzir a maioria dos camponeses ao convencimento voluntário acerca da superioridade da produção cooperativa ou da grande fazenda estatal frente à pequena propriedade fundiária, ou seja, conduzir os camponeses voluntariamente e sem métodos administrativos ao socialismo. Se a NEP obteve importantes resultados, tanto que no outono de 1926, tanto a produção agrícola, quanto a industrial superaram os níveis anteriores à guerra, é por outro lado verdadeiro que a produção agrícola em seu principal ramo, o de cereais, permanece sempre abaixo dos níveis de 1913, demonstrando uma indubitável inferioridade produtiva da pequena propriedade frente ao latifúndio. Este limite, em conjunto com o fato de que o tão esperado capital estrangeiro veio em forma muito insignificante, levou a uma desaceleração grave no processo de industrialização que foi um enorme obstáculo no caminho do socialismo. Poucos anos depois, o perigo de uma nova guerra mundial ao horizonte e a necessidade de tornar autossuficiente a Rússia, em frente da incapacidade de superar aqueles limites, empurrou Stálin a impulsionar uma outra viragem para acelerar o desenvolvimento

das forças produtivas, mudando as diretrizes da NEP, tanto na produção agrícola, quanto na indústria.

Concluindo, a NEP enfrentou uma gravíssima crise econômica e tentou se abrir uma fase nova na edificação de diferentes relações sociais de produção, um processo nunca experimentado antes, nem existiam prontuários sobre a transição socialista. Com todas as contradições do caso, em um contexto mundial marcado pelo refluxo revolucionário mundial, estas tentativas tiveram o efeito de transformar o Estado soviético, tornando a jovem e fraca nação pós-czarista, em uma potência industrial capaz de derrotar o maior exército do mundo, contribuindo de forma essencial a eliminar a ameaça nazifascista do mundo.

Sobre o plano da coerência entre teoria e práxis, é preciso lembrar, cada revolução chocando-se com a realidade concreta (com as suas ações e reações não previstas), acaba por criar um quadro novo, sempre diferente da originária elaboração teórica. Assim mesmo aconteceu no caso da Revolução Francesa, assim foi por todas as revoluções liberais que, além dos solenes princípios de liberdade, fraternidade e igualdade, acabaram por institucionalizar formas aberrantes e sem limites de pobreza, exclusão, marginalização social, claramente não atribuídas aos vários Constant, Locke, Smith, Bentham.

Aos cem anos da Revolução que mudou profundamente o curso da história, no aprontar balanços é preciso a pressa das conclusões interessadas. As sentenças de auto absolvição ou de condenação sem apelos, emitidas por improvisados tribunais da história. Como em cada fase de transição da história, aconteceram erros, se manifestaram situações dramáticas e, sem dúvida, o resultado final nos apresenta a derrota histórica daquela experiência, o fracasso com o qual é preciso acertar as contas se queremos compreender as razões das atuais ofensivas reacionárias. Esclarecido tudo isso, aquela história não pode ser reassumida através de uma instrumental contabilidade dos lutos. Agora se tornou lugar-comum citar a questionável avaliação das lutas (por atacado) feita no famigerado *Livro negro do comunismo*, no qual estão também incluídas as mortes por guerras e por carências de recursos, em grande parte dos casos provocadas de fora. Todavia, se, de fato usássemos os mesmos parâmetros adotados por

Stéphane Courtois & Co., quantos milhões de mortos devíamos atribuir à expansão mundial das nossas relações sociais burguesas? Vamos apenas tentar pensar: as consequências históricas da acumulação original de capital sobre as incalculáveis massas rurais expulsas dos campos transformadas em multidões de mendigos nas grandes periferias urbanas; o extermínio dos povos nativos no Norte e Sul da América, Ásia e Oceania; os mortos por causa da miséria e da exploração colonial ocidental na África, incluindo o escravismo; as infinitas guerras imperialistas conduzidas nos últimos dois séculos em todos os cantos do planeta para roubar os recursos dos “povos não civilizados”. Uma hecatombe, muito bem escondida nos livros ou tratados de divulgação sobre a história da humanidade. Isso também confirma um ponto já desenvolvido por Marx e Engels na metade do século 19: justamente no terreno das ideologias é que está o verdadeiro êxito da sociedade burguesa, e assim, o fato de ter moldado o mundo a sua imagem e semelhança por meio da violência, é apresentado como afirmação dos princípios de liberdade e civilização sobre a barbárie. O paradoxo histórico é que, mesmo sendo mestres da ideologia, os grandes e pequenos teóricos do liberalismo fazem da crítica às ideologias a sua própria batalha mais característica. A confirmação da sua capacidade hegemônica é que a maioria das pessoas, também dotada de uma boa cultura, nela acredita e a reproduz mais ou menos conscientemente.

## REFERÊNCIAS

- ELLEINSTEIN, J. *Storia dell'URSS*. Roma: Editori Riuniti, 1976.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1977.
- LENIN, V. I. *Economia della rivoluzione*. Org. V. Giacché. Milano: Il saggiatore, 2017.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LENIN, V. I. *A questão agrária e os críticos de Marx*. Roma: Riuniti, 1976.
- LENIN, V. I. *A proposito dell'ascensione sulle alte montagne*. Roma: Riuniti, 1967. v. 32 - 33. (Opere complete).
- LOSURDO, D. *Il marxismo occidentale: come nacque, come morì, come può rinascere*. Bari: Laterza, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VON HALLER, K. L. *La Restaurazione della scienza politica*. A cura di M. Sancipriano. Torino: UTET, 1963.